



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de

Analista Judiciário

Área Judiciária

Caderno de Prova, Cargo AJ, Tipo 001
000000000000000000
00001-001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A
Conhecimentos Básicos Conhecimentos Específicos Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão objetiva existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- ler o que se pede na Prova de Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas das questões objetivas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá o total de 4 horas para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova de Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova de Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Agosto/2006

CONHECIMENTOS BÁSICOS

PORTUGUÊS

Instruções: As questões de números 1 a 12 referem-se ao texto seguinte.

As crônicas de Rubem Braga

Décadas atrás, afortunados leitores de jornal podiam contar com uma coluna em que sobravam talento, reflexão, observação atenta das cenas da vida, tudo numa linguagem límpida, impecável, densamente poética e reflexiva. Era uma crônica de Rubem Braga. Os chamados “assuntos menores”, que nem notícia costumam ser, ganhavam na pena do cronista uma grandeza insuspeitada. Falasse ele de um leiteiro, de um passarinho, de um pé de milho, de um casal na praia, de uma empregada doméstica esperando alguém num portão de subúrbio – tudo de repente se tornava essencial e vivo, mais importante que a escandalosa manchete do dia. É o que costumam fazer os grandes artistas: revelam toda a carga de humanidade oculta que há na matéria cotidiana pela qual costumamos passar desatentos.

Rubem Braga praticamente só escreveu crônicas, como profissional. À primeira vista, espanta que seja considerado um dos grandes escritores brasileiros dedicando-se tão-somente a um gênero considerado “menor”: a crônica sempre esteve longe de ter o prestígio dos romances ou dos contos, da poesia ou do teatro. Mas o nosso cronista acabou por elevá-la a um posto de dignidade tal que ninguém se atreverá de chamar seus textos de “páginas circunstanciais”. Tanto não o foram que estão todas recolhidas em livros, driblando o destino comum do papel de jornal. Recusaram-se a ser um entretenimento passageiro: resistem a tantas leituras quantas se façam delas, reeditam-se, são lidas, comentadas, não importando o dia em que foram escritas ou publicadas.

Conheci Rubem Braga já velho, cansado, algo impaciente e melancólico, falando laconicamente a estudantes de faculdade. Parecia desinteressado da opinião alheia, naquele evento organizado por uma grande empresa, a que comparecera apenas por força de contrato profissional. Respondia monossilabicamente às perguntas, com um olhar distante, às vezes consultando o relógio. Não sabíamos, mas já estava gravemente doente. Fosse como fosse, a admiração que os jovens mostravam pelo velho urso pouco lhe dizia, era

evidente que preferiria estar em outro lugar, talvez sozinho, talvez numa janela, ou na rede do quintal de seu apartamento (sim, seu apartamento de cobertura tinha um quintal aéreo, povoado de pássaros e plantas), recolhendo suas últimas observações, remoendo seus antigos segredos. Era como se nos dissesse: “Não me perguntem mais nada, estou cansado, tudo o que me importou na vida já escrevi, me deixem em paz, meninos.”

E teria razão. O leitor que percorrer crônicas do velho Braga saberá que ele não precisaria mesmo dizer nada além do que já disse e continua dizendo em suas páginas mágicas, meditadas, incapazes de passar por cima da poesia da vida.

(Manuel Régio Assunção)

1. Em relação ao gênero que adotou ao escrever seus textos, a principal contribuição de Rubem Braga foi
 - (A) organizá-los em livro, pois o escritor sabia que não causariam grande impacto numa edição de jornal.
 - (B) dotá-los de um prestígio de que, até então, não eram merecedoras as crônicas publicadas em jornal.
 - (C) dotá-los de uma dignidade maior do que a já reconhecida, por exemplo, nos romances e nos poemas.
 - (D) escrevê-los evitando os chamados “assuntos menores”, que lhe pareciam desinteressantes e melancólicos.
 - (E) escrevê-los como “páginas circunstanciais”, consciente de que as coisas efêmeras são a matéria exclusiva das crônicas.

2. Atente para as seguintes afirmações:
 - I. Uma das qualidades dos grandes artistas, como Rubem Braga, é iluminar de modo especial aquilo que, malgrado sua intensidade humana, pode passar desapercibido.
 - II. Apesar de não ser mais que um entretenimento passageiro, uma crônica não deve, por isso, ser considerada menos importante do que um romance ou um poema.
 - III. Antes mesmo de serem editadas em livro, as crônicas de Rubem Braga já se impunham como textos altamente expressivos nas páginas dos jornais.

Segundo as convicções do autor, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, apenas.

<p>3. Quanto ao sentido, estabelecem entre si uma relação de oposição as seguintes expressões:</p> <p>(A) <i>páginas circunstanciais / entretenimento passageiro</i></p> <p>(B) <i>falando laconicamente / respondia monossilabicamente</i></p> <p>(C) <i>recolhendo suas observações / remoendo seus segredos</i></p> <p>(D) <i>um gênero considerado “menor” / um posto de dignidade tal</i></p> <p>(E) <i>recusaram-se a ser um entretenimento passageiro / resistem a tantas leituras quantas se façam delas</i></p>	<p>6. (...) <u>revelam toda a carga de humanidade oculta que há na matéria cotidiana pela qual costumamos passar desatentos.</u></p> <p>O segmento sublinhado pode ser substituído, sem prejuízo para a correção e a coerência da frase acima, por</p> <p>(A) na qual sempre nos cruzamos em nossa desatenção.</p> <p>(B) diante de cuja é hábito passarmos distraídos.</p> <p>(C) da qual é costume passarmos indiferentes.</p> <p>(D) por cuja nos habituamos a cruzar com indiferença.</p> <p>(E) por onde nos habituamos a passar distraídos.</p>
<p>4. Estão corretos o emprego e a forma dos tempos verbais na seguinte frase:</p> <p>(A) O leitor que vir a percorrer crônicas do velho Braga estará sabendo atestar o valor de permanência dessas páginas.</p> <p>(B) O grande cronista falava do que lhe aprouver, confiante na riqueza da matéria oculta de cada cena, de cada fragmento da vida cotidiana com que se depare.</p> <p>(C) Não conveio a Rubem Braga aceitar a suposta fatalidade de ser um gênero “menor”, pois decidiu valer-se da crônica como veículo de alta expressão literária.</p> <p>(D) Desafortunado o leitor que não reter das crônicas de Rubem Braga as lições de poesia e de estilo, que o escritor soubesse ministrar a cada texto.</p> <p>(E) Da obra de Rubem Braga advira um prestígio que o gênero da crônica jamais gozara anteriormente, considerada que fosse como simples leitura de entretenimento.</p>	<p>7. Transpondo-se para a voz passiva a frase <i>tudo o que me importou na vida já escrevi</i>, ela ficará:</p> <p>(A) Tudo o que me importou na vida já foi por mim escrito.</p> <p>(B) Tudo o que a vida me importou já fora escrito por mim.</p> <p>(C) A vida já me importou em tudo o que escrevi.</p> <p>(D) Já está escrito na vida tudo o que ela me importou.</p> <p>(E) Tudo o que me importou na vida já tenho escrito.</p>
<p>5. As normas de concordância verbal e nominal estão plenamente atendidas na frase:</p> <p>(A) Reservam-se os artistas o direito (ou privilégio?) de escolherem o gênero e a forma que lhes pareçam os mais adequados ao seu intento de expressão.</p> <p>(B) Não se reconhecia na crônica, antes de Rubem Braga, quaisquer méritos que pudessem alçá-la à altura dos chamados grandes gêneros literários.</p> <p>(C) Não cabem aos críticos ou aos historiadores da literatura estipular se o gênero de uma ou outra obra é maior ou menor em si mesmos.</p> <p>(D) Uma vez submetido ao poder de sedução de seu estilo admirável, é possível que custassem aos leitores de Rubem Braga ficar aguardando a crônica seguinte.</p> <p>(E) Não lhe bastassem, além do estilo límpido, ter os olhos de um grande fotógrafo, Rubem Braga ainda freqüentava as alturas da poesia lírica.</p>	<p>8. Está clara e correta a redação do seguinte comentário sobre o texto:</p> <p>(A) O autor faz-nos deduzir de que já não se encontra, nos jornais de hoje, crônicas que se possa comparar com o nível das que escrevia Rubem Braga, há décadas atrás.</p> <p>(B) A certa altura do texto, quando relembra o autor a imagem que lhe ficou do rápido contato que teve com o cronista, a figura evocada é a de um homem melancólico.</p> <p>(C) Não é tão simples como possa parecer, alguém retirar da matéria do cotidiano uma linguagem capaz de expressar-se com a limpidez e a elegância como Rubem Braga.</p> <p>(D) Rubem Braga provou tratar-se de uma injustiça que a crônica seja vista como um gênero menor, quando o mesmo as escreveu promovendo-lhes ao mais alto nível.</p> <p>(E) Quando se julga que há assuntos maiores e menores, se parte do erro de não prevenir que justamente os grandes artistas desdenham tal preconceito, que lhes vêm de fora.</p> <p>9. O leitor que <u>percorrer crônicas do velho Braga</u> <u>saberá</u> que ele não <u>precisaria</u> mesmo dizer nada além do que já <u>disse</u>.</p> <p>Na frase acima, está correta a articulação entre os tempos verbais sublinhados, assim como também estaria no caso da seguinte seqüência:</p> <p>(A) percorrerá – terá sabido – precisasse – dissesse</p> <p>(B) percorresse – saberá – precise – tenha dito</p> <p>(C) percorresse – saberia – precisava – dissera</p> <p>(D) percorreu – soubera – precisasse – disse</p> <p>(E) percorreria – sabia – precise – dissesse</p>

10. Parecia desinteressado da opinião alheia, naquele evento organizado por uma grande empresa, a que comparecera apenas por força de contrato profissional.

A frase acima permanecerá formalmente correta caso se substituam os elementos sublinhados, respectivamente, por

- (A) infenso pela opinião alheia / onde fora
- (B) infenso à opinião alheia / em que se fizera presente
- (C) imparcial pela opinião alheia / aonde estivera
- (D) neutralizado sobre a opinião alheia / na qual estivera
- (E) imparcial com a opinião alheia / aonde se apresentara

11. Rubem Braga escreveu muitas crônicas, nutriu as crônicas com a matéria do cotidiano, fez as crônicas atingir um patamar que parecia interdito às crônicas, e notabilizou-se empregando todo o seu talento nas crônicas.

Evitam-se as viciosas repetições e mantém-se a correção do período acima, substituindo-se os elementos sublinhados, respectivamente, por:

- (A) nutriu-as – fê-las atingir – a elas parecia interdito – nelas todo o seu talento.
- (B) nutriu-as – fez-lhes atingir – lhes parecia interdito – a elas todo o seu talento.
- (C) nutriu-lhes – as fez atingir – parecia-lhes interdito – em cujas todo o seu talento.
- (D) as nutriu – fez-lhes atingir – parecia interdito às mesmas – nelas todo o seu talento.
- (E) nutriu-lhes – fez elas atingirem – parecia-lhes interdito – nestas todo o seu talento.

12. Quanto à pontuação, a frase inteiramente correta é:

- (A) Quando Rubem Braga já velho, compareceu ao evento programado, notou-se que, mais do que apenas abatido estava impaciente, com as perguntas que lhe faziam.
- (B) Ressalte-se que, houve antes de Rubem Braga cronistas importantes, mas nenhum deles se dedicou exclusivamente às crônicas, nem lhes deu como Braga, tal densidade poética.
- (C) Muitos trabalhadores do povo que jamais haviam merecido atenção mais séria, passaram a ser protagonistas, de inesquecíveis crônicas de Rubem Braga.
- (D) Nos jornais, ou em livros as crônicas de Braga costumam prender a atenção do leitor, com tanta intensidade que este não é capaz de arredar os olhos do texto, fascinado, que fica.
- (E) Não é de se imaginar, realmente, que um texto publicado em jornal possa aspirar à mesma permanência a que, em princípio, fariam jus os textos cuidadosamente editados em livro.

MATEMÁTICA

13. Seja N um número inteiro cujo produto por 9 é igual a um número natural em que todos os algarismos são iguais a 1. A soma dos algarismos de N é

- (A) 27
- (B) 29
- (C) 33
- (D) 37
- (E) 45

14. Trabalhando individualmente, o funcionário A é capaz de cumprir certa tarefa em 8 horas, o funcionário B em 6 horas e o funcionário C em 5 horas. Nessas condições, se trabalharem juntos na execução dessa tarefa, o esperado é que ela seja cumprida em, aproximadamente,

- (A) 1 hora e 40 minutos.
- (B) 2 horas, 2 minutos e 2 segundos.
- (C) 2 horas e 20 minutos.
- (D) 2 horas, 22 minutos e 30 segundos.
- (E) 2 horas e 54 minutos.

15. Dois analistas judiciários devem emitir pareceres sobre 66 pedidos de desarquivamento de processos. Eles decidiram dividir os pedidos entre si, em quantidades que são, ao mesmo tempo, diretamente proporcionais às suas respectivas idades e inversamente proporcionais aos seus respectivos tempos de serviço no Tribunal Regional do Trabalho. Se um deles tem 32 anos e trabalha há 4 anos no Tribunal, enquanto que o outro tem 48 anos e lá trabalha há 16 anos, o número de pareceres que o mais jovem deverá emitir é

- (A) 18
- (B) 24
- (C) 32
- (D) 36
- (E) 48

16. Um motorista fez um certo percurso em 6 dias, viajando 8 horas por dia com a velocidade média de 70 km/h. Se quiser refazer esse percurso em 8 dias, viajando 7 horas por dia, deve manter a velocidade média de

- (A) 55 km/h
- (B) 57 km/h
- (C) 60 km/h
- (D) 65 km/h
- (E) 68 km/h

17. Considere que em certo mês 76% das ações distribuídas em uma vara trabalhista referiam-se ao reconhecimento de vínculo empregatício e que, destas, 20% tinham origem na área de indústria, 25% na de comércio e as 209 ações restantes, na área de serviços. Nessas condições, o número de ações distribuídas e NÃO referentes ao reconhecimento de vínculo empregatício era

- (A) 240
- (B) 216
- (C) 186
- (D) 120
- (E) 108

18. Dentre os pares (x, y) de números inteiros tais que a soma do primeiro número com o dobro do segundo número é igual a 64, considere o par em que o produto x . y é máximo. Os números x e y são tais que

- (A) x é uma potência de 2
- (B) y é um múltiplo de 3
- (C) y é um divisor de 8
- (D) x = y
- (E) $x = \frac{y}{2}$

19. Um peso de papel, feito de madeira maciça, tem a forma de um cubo cuja aresta mede 0,8 dm. Considerando que a densidade da madeira é 0,93 g/cm³, quantos gramas de madeira foram usados na confecção desse peso de papel?

- (A) 494,18
- (B) 476,16
- (C) 458,18
- (D) 49,418
- (E) 47,616

20. Uma caixa de água tem o formato de um cilindro circular reto, altura de 5 m e raio da base igual a 2 m. Se a água em seu interior ocupa 30% de seu volume, o número de litros de água que faltam para enchê-lo é

- (A) 43,4 Dado: $\pi = 3,1$
- (B) 4 150
- (C) 4 340
- (D) 41 500
- (E) 43 400

LEGISLAÇÃO

21. No que diz respeito ao direito de petição, é correto afirmar que

- (A) a prescrição poderá ser relevada pela Administração em se tratando de caso excepcional ou interesse público.
- (B) os prazos estabelecidos para assegurar o direito de petição são absolutos, ou sempre fatais e improrrogáveis.
- (C) o pedido de reconsideração e o recurso, quando cabíveis, interrompem a prescrição.
- (D) o direito de requerer prescreve em 120 (cento e vinte) dias, quanto ao ato de demissão.
- (E) o prazo de prescrição será contado da data da ocorrência que deu causa ao ato impugnado.

22. No que diz respeito à remoção do servidor público federal, considere as assertivas abaixo:

- I. O retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado é uma das características do ato de remoção.
- II. É considerada modalidade de remoção quando for a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração.
- III. É também modalidade de remoção quando for de ofício, no interesse da Administração.
- IV. A cessão do servidor para ter exercício em outro órgão ou entidade pública é um dos requisitos para o ato de remoção.

Estão corretas APENAS o que se afirma em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

23. Cristiane Vasconcelos, analista judiciário, está em débito com o erário e teve sua disponibilidade cassada. Nesse caso, a servidora deverá quitar o débito no prazo legal de

- (A) sessenta dias, sendo que a não quitação do débito no prazo implicará sua inscrição em dívida ativa.
- (B) cento e vinte dias, sendo que a não quitação do débito no prazo implicará sua inscrição em dívida passiva.
- (C) noventa dias, sob pena de ser instaurado processo administrativo disciplinar por retenção de valores.
- (D) trinta dias, prorrogável por igual período, sendo que a sua não quitação implicará no bloqueio de sua remuneração.
- (E) quarenta e cinco dias, prorrogável por igual período, e não quitando nesse prazo sofrerá penalidade estatutária.

24. Em matéria de penalidades disciplinares, considere:

- I. Celso Carvalho, analista judiciário, ausentou-se, durante o expediente, das dependências do Tribunal Regional do Trabalho, onde prestava serviço, para tratar de assuntos particulares, sem prévia autorização de Ana Beatriz, sua chefe imediata. Em razão disso, sofreu pena de advertência. Após alguns dias, Celso reiterou aquela conduta de ausência sem autorização.
- II. Célia Neves, analista judiciário, praticou ato de insubordinação grave no Tribunal Regional do Trabalho, de onde é servidora pública.

Diante disso, os analistas judiciários Celso e Célia estão sujeitos, respectivamente, às penalidades de

- (A) exoneração e multa na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de remuneração.
- (B) multa na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de vencimento e suspensão por 60 (sessenta) dias.
- (C) repreensão por escrito e disponibilidade.
- (D) advertência reiterada e demissão.
- (E) suspensão até 90 (noventa) dias, de regra, e demissão.

25. No que tange à atividade de instrução no processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, é INCORRETO afirmar que

- (A) cabe à Administração Pública a prova dos fatos alegados pelo interessado em virtude do princípio do interesse público e da eficiência.
- (B) o interessado poderá, antes de tomada a decisão, juntar documentos e pareceres, requerer diligências e perícias, bem como aduzir alegações referentes à matéria objeto do processo.
- (C) somente poderão ser recusadas, mediante decisão fundamentada, as provas propostas pelos interessados quando ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias.
- (D) encerrada a instrução, o interessado terá o direito de manifestar-se no prazo máximo de 10 (dez) dias, salvo se outro for legalmente fixado.
- (E) antes de tomada a decisão, a juízo da autoridade, diante da relevância da questão, poderá ser realizada audiência pública para debates sobre a matéria do processo.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

26. No Windows XP, em sua configuração padrão e original, uma operação NÃO possível entre as opções regionais é a personalização do

- (A) símbolo de agrupamento de dígitos.
- (B) formato de moeda positivo.
- (C) símbolo decimal.
- (D) formato de número negativo.
- (E) símbolo de sinal positivo.

27. Entre as opções do controle de alterações constante das ferramentas originais e padrão do MS-Word 2000, é possível

- (A) habilitar funções de autocorreção.
- (B) comparar documentos.
- (C) habilitar a hifenização automática de documentos.
- (D) proteger documentos.
- (E) gravar uma macro.

28. No Windows XP,

- (A) é totalmente possível compartilhar uma pasta com os usuários de um único computador ou até mesmo de uma rede.
- (B) não é possível a ativação do compartilhamento de impressoras por meio do Assistente de configuração de rede.
- (C) não é permitido o compartilhamento de pastas, mas sim a réplica de arquivos em cada computador da rede.
- (D) somente é possível habilitar aos usuários de uma rede a consulta aos arquivos de uma pasta compartilhada.
- (E) é totalmente possível compartilhar uma pasta com os usuários de um mesmo computador, mas não com os de uma rede.

29. São termos respectiva e intrinsecamente associados à tipologia conhecida de vírus, serviço de Internet e mensagens enviadas em massa por meio de correio eletrônico:

- (A) *Telnet, chat e host.*
- (B) *Spyware, Cavalo de Troia e hoax.*
- (C) *Shareware, FTP e spam.*
- (D) *Cavalo de Tróia, chat e spam.*
- (E) *Middleware, FTP e hoax.*

30. Basicamente, as funções de cálculo/controle, armazenamento temporário de dados e leitura/gravação de dados são realizadas em um microcomputador, respectivamente, nos dispositivos:

- (A) Periféricos, EPROM e ROM.
- (B) CPU, barramento e ROM.
- (C) CPU, RAM e periféricos.
- (D) ROM, CPU e SLOT.
- (E) SLOT, EPROM e periféricos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. É correto afirmar que os atos administrativos
- (A) vinculados podem ser revogados com efeitos *ex tunc*.
 - (B) que exauriram seus efeitos não podem ser revogados.
 - (C) que geram direitos adquiridos podem ser revogados a qualquer momento.
 - (D) podem ser anulados com efeitos *ex nunc*, desde que sejam discricionários.
 - (E) discricionários, de regra, podem ser revogados administrativamente ou pelo Poder Judiciário.

32. Nos termos do disposto na Lei nº 9.784/99, observe as seguintes assertivas:

- I. Não podem ser objeto de delegação, dentre outros, a edição de atos de caráter normativo.
- II. O ato de delegação é revogável a qualquer tempo pela autoridade delegante.
- III. O ato de delegação não poderá conter ressalva de exercício da atribuição delegada.
- IV. As decisões adotadas por delegação considerar-se-ão editadas pela autoridade delegante.

É correto APENAS o que consta em

- (A) I e II.
- (B) I e IV.
- (C) III e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) II, III e IV.

33. Dispõe o art. 173, caput, da Constituição Federal que, "ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definido em lei". Assim, a sociedade de economia mista e as empresas públicas que explorem atividade econômica, dentre outras situações,

- (A) detêm juízo privativo e gozam do privilégio de isenção tributária relativa aos impostos estaduais e municipais.
- (B) gozam de privilégios fiscais não extensivos às empresas do setor privado, posto que integram o denominado terceiro setor.
- (C) não se sujeitam às normas que dispõem sobre o procedimento licitatório no âmbito da Administração Pública Federal.
- (D) responderão de forma objetiva pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- (E) se sujeitam ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários.

34. Com relação aos princípios da Administração Pública, considere:

- I. Os órgãos da Administração Pública são estruturados de forma a proporcionar uma relação de coordenação e subordinação entre uns e outros, cada qual com atribuições definidas na lei.
- II. A Administração Pública direta fiscaliza as atividades dos referidos entes, com o fim de assegurar a observância de suas finalidades institucionais.

As proposições acima mencionadas correspondem, respectivamente, aos princípios da

- (A) impessoalidade e autotutela.
- (B) especialidade e moralidade.
- (C) hierarquia e tutela.
- (D) legalidade e segurança jurídica.
- (E) eficiência e razoabilidade.

35. João Silva é servidor público federal e candidato a Prefeito de Porto Alegre, local onde desempenha suas funções, exercendo cargo de assessoramento em órgão público. Diante disso, João será afastado desse cargo

- (A) a partir do dia imediato ao do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, até o décimo dia seguinte ao do pleito.
- (B) um mês antes de sua candidatura protocolada junto à Justiça Eleitoral, até o mês seguinte ao do pleito.
- (C) a partir do terceiro dia ao do registro de sua escolha perante o partido político a que for filiado, até o terceiro dia seguinte ao do pleito.
- (D) quinze dias antes de sua candidatura perante o órgão competente, até o décimo quinto dia seguinte ao do pleito.
- (E) durante três meses após a data de sua escolha pelo partido político a que for filiado, prorrogável a critério da Justiça Eleitoral.

36. Considere:

- I. Autarquias.
- II. Organizações religiosas.
- III. Distrito Federal.
- IV. Partidos políticos.

De acordo com o Código Civil brasileiro, são pessoas jurídicas de direito público interno, as indicadas APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) I e III.
- (E) III e IV.

37. Com relação aos vícios redibitórios, de acordo com o Código Civil brasileiro, é correto afirmar:

- (A) Na constância de cláusula de garantia, correrão normalmente os prazos para o adquirente obter a redibição ou abatimento no preço.
- (B) Se o alienante não conhecia o vício ou defeito da coisa, tão-somente restituirá o valor recebido, mais as despesas do contrato.
- (C) A responsabilidade do alienante não subsiste se a coisa perecer em poder do alienatário por vício oculto, já existente ao tempo da tradição.
- (D) Em regra, o adquirente decai do direito de obter a redibição ou abatimento no preço no prazo de cinco anos se a coisa for imóvel, contado da entrega efetiva.
- (E) A coisa recebida em virtude de doação onerosa não pode ser enjeitada por vícios que a tornem imprópria ao uso a que é destinada, ou lhe diminuam o valor.

<p>38. De acordo com o Código Civil brasileiro, em regra, ato judicial que constitua em mora o devedor</p> <p>(A) interromperá a decadência. (B) suspenderá a prescrição. (C) interromperá a prescrição. (D) suspenderá a decadência. (E) impedirá a prescrição.</p>	<p>43. No que concerne à substituição das partes e dos procuradores, é correto afirmar que</p> <p>(A) a sentença, proferida entre as partes originárias, estende seus efeitos ao adquirente. (B) a alienação de coisa litigiosa, a título particular, por ato inter vivos, altera a legitimidade das partes. (C) o cessionário pode ingressar em juízo, substituindo o cedente, independentemente do consentimento da parte contrária. (D) o adquirente não poderá intervir no processo na condição de assistente do alienante. (E) ocorrendo a morte de qualquer das partes, o processo será extinto, podendo o autor renovar a ação contra os herdeiros.</p>
<p>39. De acordo com o Código Civil brasileiro, em regra, aquele que ressarcir o dano causado por outrem pode reaver o que houver pago daquele por quem pagou, salvo se o causador do dano for</p> <p>(A) ascendente, descendente ou parente colateral até segundo grau. (B) ascendente, descendente ou parente colateral até terceiro grau. (C) ascendente, descendente ou parente colateral até quarto grau. (D) descendente seu, ainda que capaz para exercer os atos da vida civil. (E) descendente seu, absoluta ou relativamente incapaz.</p>	<p>44. A respeito do procedimento cautelar, é correto afirmar:</p> <p>(A) O juiz não poderá determinar medidas cautelares sem audiência das partes. (B) O procedimento cautelar pode ser instaurado antes ou no curso do processo principal. (C) O procedimento cautelar só pode ser instaurado antes do processo principal e tem sempre finalidade preparatória. (D) O requerido será citado, qualquer que seja o procedimento cautelar, para contestar o pedido no prazo de 15 dias. (E) As medidas cautelares conservam sua eficácia na pendência do processo principal e não podem ser revogadas a não ser na sentença final.</p>
<p>40. De acordo com o Código Civil brasileiro, com relação à Assunção de Dívida, é correto afirmar:</p> <p>(A) O novo devedor pode opor ao credor as exceções pessoais que competiam ao devedor primitivo. (B) É facultado a terceiro assumir a obrigação do devedor, com o consentimento do credor, ficando, em qualquer hipótese, o devedor primitivo coobrigado. (C) Em regra, se a substituição do devedor vier a ser anulada, restaura-se o débito sem todas as suas garantias, por expressa determinação legal. (D) Qualquer das partes pode assinar prazo ao credor para que consinta na assunção da dívida, interpretando-se o seu silêncio como recusa. (E) Em regra, com a assunção da dívida, as garantias especiais, dadas originariamente pelo devedor primitivo, não serão extintas.</p>	<p>45. A respeito da justificação, pode-se afirmar que</p> <p>(A) no processo de justificação admitir-se-á o oferecimento de defesa escrita, no prazo de 15 dias. (B) contra a sentença proferida no processo de justificação, serão admitidos os recursos previstos na legislação processual civil. (C) a justificação será, afinal, julgada por sentença, pronunciando-se o juiz sobre o mérito da prova produzida. (D) a justificação consistirá na inquirição de testemunhas sobre os fatos alegados, sendo facultativo ao requerente juntar documentos. (E) o interessado poderá promover a execução nos próprios autos, após o trânsito em julgado da sentença que julgar a prova produzida na justificação.</p>
<p>41. Considera-se inepta a petição inicial, dentre outras hipóteses, quando</p> <p>(A) a parte for manifestamente ilegítima. (B) contiver pedidos incompatíveis entre si. (C) o autor carecer de interesse processual. (D) o tipo de procedimento escolhido não corresponder à natureza da causa. (E) o Juiz verificar desde logo a decadência ou a prescrição.</p>	<p>46. NÃO constitui princípio fundamental do Brasil</p> <p>(A) a soberania. (B) a cidadania. (C) a vedação ao asilo político. (D) a dignidade da pessoa humana. (E) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.</p>
<p>42. De acordo com o Código de Processo Civil, a respeito da coisa julgada, é correto afirmar:</p> <p>(A) É lícito às partes discutir, no curso do processo, as questões já decididas, a cujo respeito se operou a preclusão. (B) Fazem coisa julgada os motivos, se importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença. (C) Faz coisa julgada a verdade dos fatos estabelecida como fundamento da sentença. (D) Faz coisa julgada a apreciação da questão prejudicial, decidida incidentalmente no processo. (E) Denomina-se coisa julgada material a eficácia que torna imutável e indiscutível a sentença não mais sujeita a recurso ordinário ou extraordinário.</p>	<p>47. O Direito de Petição previsto na Constituição Federal é</p> <p>(A) exercido tão somente no âmbito do Poder Judiciário. (B) assegurado aos brasileiros natos, maiores de vinte e um anos. (C) extensivo a todos, nacionais ou estrangeiros, mediante o pagamento de taxas. (D) destinado ao cidadão em face dos Poderes Públicos e exercido judicialmente apenas por advogado constituído. (E) garantido a todos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.</p>

<p>48. Em relação aos Direitos Sociais, é correto afirmar que</p> <p>(A) a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.</p> <p>(B) é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, salvo na mesma base territorial.</p> <p>(C) é facultativa a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.</p> <p>(D) o aposentado filiado é inelegível, tendo, porém direito a votar nas organizações sindicais.</p> <p>(E) o empregado sindicalizado eleito a cargo de direção sindical, ainda que suplente, não pode ser dispensado, até dois anos após o final do mandato, ainda que venha a cometer falta grave nos termos da lei.</p>	<p>51. Constitui direito dos trabalhadores urbanos e rurais, previsto na Constituição Federal:</p> <p>(A) repouso semanal remunerado, exclusivamente aos domingos.</p> <p>(B) adicional de remuneração para as atividades insalubres ou perigosas, excetuadas as penosas, na forma da lei.</p> <p>(C) seguro-desemprego, em caso de pedido de dispensa ou desemprego involuntário.</p> <p>(D) redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.</p> <p>(E) jornada suplementar com adicional mínimo de 25%.</p>
<p>49. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União, salvo</p> <p>(A) telecomunicações e radiodifusão.</p> <p>(B) fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas.</p> <p>(C) estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.</p> <p>(D) moeda, seus limites de emissão e montante da dívida mobiliária federal.</p> <p>(E) sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas.</p>	<p>52. O prazo prescricional do direito de reclamar o pagamento de férias não concedidas, para um empregado admitido em 02/01/2004, referente ao período aquisitivo de 2005/2006, tem início em</p> <p>(A) 02 de janeiro de 2005.</p> <p>(B) 31 de dezembro de 2005.</p> <p>(C) 02 de janeiro de 2006.</p> <p>(D) 31 de dezembro de 2006.</p> <p>(E) 02 de janeiro de 2007.</p>
<p>50. Em relação à Justiça do Trabalho, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) compete-lhe processar e julgar, dentre outras ações, os mandados de segurança, <i>habeas corpus</i> e <i>habeas data</i>, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição.</p> <p>(B) compete-lhe decidir o dissídio coletivo ajuizado pelo Ministério Público do Trabalho, em caso de greve em atividade essencial, com possibilidade de lesão do interesse público.</p> <p>(C) os Tribunais Regionais do Trabalho, compõem-se de, no mínimo, sete juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região, e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos de idade.</p> <p>(D) a lei criará varas da Justiça do Trabalho, podendo, nas comarcas abrangidas ou não por sua jurisdição, atribuí-las aos juízes de direito, com recurso para o respectivo Tribunal de Justiça.</p> <p>(E) recusando-se qualquer das partes à negociação coletiva ou à arbitragem, é facultado às mesmas, de comum acordo, ajuizar dissídio coletivo de natureza econômica, podendo a Justiça do Trabalho decidir o conflito, respeitadas as disposições mínimas legais de proteção ao trabalho, bem como as convencionadas anteriormente.</p>	<p>53. A irredutibilidade salarial</p> <p>(A) pode ser determinada em sentença normativa.</p> <p>(B) geralmente é assegurada, salvo expressa previsão legal em sentido contrário.</p> <p>(C) é sempre assegurada, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.</p> <p>(D) pode ser estabelecida em contrato individual de trabalho.</p> <p>(E) depende de fixação em lei complementar.</p> <p>54. Considere as afirmações abaixo:</p> <p>I. Não é válido o contrato de trabalho por prazo determinado, quando se tratar de atividades empresariais de caráter transitório.</p> <p>II. A mudança na propriedade ou na estrutura jurídica da empresa não afetará os contratos de trabalho dos respectivos empregados.</p> <p>III. Considera-se por prazo indeterminado todo contrato que suceder, dentro de doze meses, a outro contrato por prazo determinado, ainda que o término deste último tenha decorrido da realização de acontecimento certo.</p> <p>IV. O contrato de trabalho por prazo determinado que, tácita ou expressamente, for prorrogado por mais duas vezes, passará a vigorar sem determinação de prazo.</p> <p>É correto APENAS o que consta em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) II.</p> <p>(C) I e III.</p> <p>(D) III e IV.</p> <p>(E) II e IV.</p>

<p>55. Tratando-se de empregado analfabeto, o pagamento realizado no ato da homologação da rescisão de seu contrato de trabalho somente poderá ser feito</p> <p>(A) na presença de representante do Ministério Público do Trabalho.</p> <p>(B) na Delegacia Regional do Trabalho.</p> <p>(C) mediante depósito bancário.</p> <p>(D) em cheque administrativo.</p> <p>(E) em dinheiro.</p>	<p>58. Com relação ao procedimento sumaríssimo, é correto afirmar que</p> <p>(A) exige pedido certo e determinado, admitindo, todavia, a citação por edital quando o paradeiro do réu for desconhecido.</p> <p>(B) não se aplica às ações em que é parte a Administração Pública direta, autárquica e fundacional.</p> <p>(C) se aplica aos dissídios individuais e coletivos, cujo valor não exceda a 40 vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento.</p> <p>(D) dispensa a tentativa de conciliação, em prol da celeridade processual.</p> <p>(E) havendo necessidade de prova pericial, as partes não poderão indicar assistente técnico e terão o prazo de 10 dias, sucessivos, para se manifestar sobre o laudo.</p>
<p>56. Ocorrendo de um grupo de empregados ocupar uma fábrica, no curso de uma greve, como meio de pressionar o empregador para obter o acolhimento de reivindicações trabalhistas, a empresa poderá ajuizar perante a Justiça do Trabalho ação</p> <p>(A) de reintegração de posse.</p> <p>(B) rescisória.</p> <p>(C) de despejo.</p> <p>(D) de responsabilidade por dano à coletividade.</p> <p>(E) civil pública.</p>	<p>59. Admite-se Recurso de Revista, no procedimento sumaríssimo, por</p> <p>(A) violação direta da Constituição Federal e divergência de interpretação de dispositivo de lei federal.</p> <p>(B) violação literal de disposição de lei federal ou afronta direta e literal à Constituição Federal.</p> <p>(C) contrariedade à súmula da jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho e violação direta da Constituição Federal.</p> <p>(D) divergência de interpretação de dispositivo de lei estadual, Convenção Coletiva de Trabalho, Acordo Coletivo, sentença normativa ou regulamento empresarial de observância obrigatória.</p> <p>(E) contrariedade à súmula da jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho ou divergência de interpretação de regulamento empresarial de observância obrigatória.</p>
<p>57. Considere as afirmativas abaixo:</p> <p>I. Quando se tratar de decisão dos Tribunais Regionais, a execução poderá ser promovida pela Procuradoria da Justiça do Trabalho.</p> <p>II. O juiz ou presidente do Tribunal, requerida a execução, mandará expedir mandado de citação ao executado, a fim de que cumpra a decisão ou acordo no prazo, pelo modo e sob as cominações estabelecidas, ou, em se tratando de pagamento em dinheiro, incluídas as contribuições sociais devidas ao INSS, para que pague em vinte e quatro horas, sob pena de penhora.</p> <p>III. Sendo ilíquida a sentença exequenda, ordenar-se-á a sua liquidação, que se fará, exclusivamente, por cálculo.</p> <p>IV. É competente para a execução de título executivo extrajudicial o juiz que teria competência para o processo de conhecimento relativo à matéria.</p> <p>É correto APENAS o que consta em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) II.</p> <p>(C) I e II.</p> <p>(D) I e IV.</p> <p>(E) II, III e IV.</p>	<p>60. Na falta de regulamentação específica, aplica-se ao processo do trabalho de conhecimento e execução, respectivamente</p> <p>(A) o Código de Processo Civil e a Lei de Execuções Fiscais.</p> <p>(B) o Código de Processo Civil e a Lei de Falências.</p> <p>(C) o Código de Processo Civil e o Código do Consumidor.</p> <p>(D) o Código do Consumidor e a Lei de Execuções Fiscais.</p> <p>(E) a Lei de Falências e o Código do Consumidor.</p>

